



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**GABINETE DES<sup>a</sup>. AGAMENILDE DIAS ARRUDA VIEIRA DANTAS**

**DECISÃO MONOCRÁTICA**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** nº 0807975-75.2025.8.15.0000

**ORIGEM:** : 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital  
**RELATORA** : Dra. Maria das Graças Fernandes Duarte – Juíza Convocada  
**AGRAVANTE** : \_\_\_\_\_  
**ADVOGADO** : Ana Paula Gouveia Fernandes  
**AGRAVADO** : Estado da Paraíba

Ementa: Direito Processual Civil. Agravo de instrumento. Cumprimento de sentença contra a fazenda pública. Ausência de apreciação das preliminares suscitadas. Negativa de prestação jurisdicional. Nulidade da decisão. Provimento do recurso.

I. Caso em exame

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que acolheu impugnação ao cumprimento de sentença e homologou os cálculos apresentados pelo Estado da Paraíba, sem apreciar as preliminares suscitadas pelo exequente em sua resposta à impugnação.

II. Questão em discussão

2. A questão em discussão consiste em saber se configura *error in procedendo* a não apreciação de preliminares arguidas em resposta à impugnação ao cumprimento de sentença, tais como: (i) ausência de demonstrativo discriminado e atualizado de cálculos; (ii) intempestividade recursal; e (iii) pedido de pagamento da parte incontroversa.

III. Razões de decidir

3. A ausência de apreciação de preliminares suscitadas em resposta à impugnação ao cumprimento de sentença configura negativa de prestação jurisdicional e viola o



devido processo legal, notadamente quando tais questões são capazes de obstar o próprio conhecimento da impugnação.

4. O art. 525, §5º, do CPC estabelece expressamente que, na hipótese de excesso de execução, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo pelo executado, a impugnação será liminarmente rejeitada, tratando-se de questão prejudicial que deve ser necessariamente enfrentada pelo juízo.

#### IV. Dispositivo e tese

5. Recurso provido. Decisão anulada. Determinado o retorno dos autos ao juízo de origem para proferir nova decisão com apreciação das preliminares suscitadas.

Tese de julgamento: "1. A ausência de apreciação das preliminares suscitadas em resposta à impugnação ao cumprimento de sentença configura negativa de prestação jurisdicional, impondo-se a anulação da decisão. 2. O exame das preliminares constitui questão prejudicial ao mérito da impugnação, devendo ser necessariamente enfrentado pelo juízo, sob pena de violação ao devido processo legal."

Dispositivos relevantes citados: CPC, arts. 525, §5º, 535, §4º, 1.015, parágrafo único.

Jurisprudência relevante citada: TJ-MG - Agravo de Instrumento: 55818206120208130000 Pitangui, Relator.: Des.(a) Fausto Bawden de Castro Silva (JD Convocado), Data de Julgamento: 06/07/2021, Câmaras Cíveis / 9ª

CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/07/2021. TJ-PB APELAÇÃO CÍVEL: 0808386-31.2023 .8.15.0181, Relator: Des. Aluizio Bezerra Filho, 2ª Câmara Cível

### **RELATÓRIO:**

\_\_\_\_\_ interpôs Agravo de Instrumento em face de decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos do Cumprimento de Sentença nº 0124131-50.2012.8.15.2001, que acolheu a impugnação apresentada pelo Estado da Paraíba e homologou os cálculos apresentados pelo executado no ID 81081001 dos autos principais, *verbis*:

*(...) “Depreende-se dos autos que, em seus cálculos, o exequente aplicou o percentual de 1% de juros durante todo o período calculado. Ademais, a data inicial utilizada nos cálculos apresentados divergente da data da Decisão Monocrática Terminativa de Mérito (id 73626411) que modificou o percentual dos honorários. Por essa razão, há excesso nos cálculos apresentados.*

*ANTE O EXPOSTO, acolho a impugnação, e*



*consequentemente, HOMOLOGO os cálculos apresentados pelo executado no id 81081001.” (ID 90221585 dos autos principais).*

Em suas razões, o agravante sustenta que o Juízo *a quo* incorreu em omissão ao não apreciar as preliminares suscitadas na resposta à impugnação ao cumprimento de sentença (ID 81220825), configurando negativa de prestação jurisdicional. Destaca que foram arguidas preliminares de inadmissibilidade da impugnação por ausência de demonstrativo discriminado e atualizado de cálculos, intempestividade recursal e pedido de pagamento da parte incontroversa. Argumenta que, caso acolhidas, tais preliminares seriam capazes de afastar a necessidade de análise do mérito da impugnação.

Aduz que o magistrado de primeiro grau, ao proferir a decisão agravada (ID 90221585), limitou-se a analisar o mérito da impugnação, concluindo pela existência de excesso de execução em razão de o exequente “ter aplicado percentual de 1% de juros durante todo o período calculado e utilizado data inicial divergente da data da Decisão Monocrática, que modificou o percentual dos honorários”.

Sustenta o agravante que a não apreciação das preliminares viola o devido processo legal e o princípio da ampla defesa, pugnando pela reforma da decisão para que sejam analisadas as preliminares arguidas, com consequente desconsideração da impugnação e reconhecimento da legitimidade dos valores apresentados pelo exequente, que atualmente perfazem o montante de R\$ 38.827,63 (trinta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e sessenta e três centavos).

É o relato do essencial.

### **Decido.**

Inicialmente, verifico que o recurso desafia decisão primeva proferida em sede de cumprimento de sentença, contra a qual é cabível agravo de instrumento, nos termos do parágrafo único, do art. 1.015, do CPC/2015. Veja-se:

**“Art. 1.015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:**

- I - tutelas provisórias;
- II - mérito do processo;
- III - rejeição da alegação de convenção de arbitragem;
- IV - incidente de desconsideração da personalidade jurídica;
- V - rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação;
- VI - exibição ou posse de documento ou coisa;



- VII - exclusão de litisconsorte;
- VIII - rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio;
- IX - admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros;
- X - concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução;
- XI - redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º;
- XII - (VETADO);
- XIII - outros casos expressamente referidos em lei.

**Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário. (grifei).**

Outrossim, exercendo em cognição sumária, o juízo de admissibilidade e, atendidos os seus requisitos intrínsecos ou subjetivos (tais como o cabimento do recurso, a legitimidade, o interesse recursal, a inexistência de algum fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer) e extrínsecos ou objetivos (tais como, o preparo, a tempestividade, e regularidade formal), admito o processamento deste agravo de instrumento.

A controvérsia central deste recurso reside na ausência de análise, pelo Juízo de primeiro grau, das preliminares suscitadas pelo exequente em resposta à impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pelo Estado da Paraíba.

De fato, analisando os autos, constato que o agravante, em sua manifestação (ID 81220825 dos autos originais), arguiu preliminares de inadmissibilidade da impugnação por ausência de demonstrativo discriminado e atualizado de cálculos, intempestividade recursal e pedido de pagamento da parte incontroversa, questões prejudiciais ao exame do mérito da impugnação.

Contudo, o Magistrado singular, ao proferir a decisão agravada (ID 90221585), não apreciou as questões preliminares, limitando-se a acolher a impugnação ao cumprimento de sentença com base na alegação de excesso de execução, por entender que o exequente aplicou percentual de juros indevido e utilizou data inicial diversa da correta para os cálculos.

A análise das preliminares suscitadas é medida que se impõe por força do art. 525, § 5º, do CPC, que estabelece que, na hipótese de excesso de execução, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo pelo executado, a impugnação será liminarmente rejeitada. Trata-se de requisito expressamente previsto na



legislação processual, cuja inobservância pode ensejar a inadmissibilidade da própria impugnação.

Ademais, a alegação de intempestividade da impugnação, se acolhida, constituiria óbice intransponível ao seu conhecimento, tratando-se de questão preliminar cuja análise precede necessariamente o exame do mérito.

Do mesmo modo, o pedido de pagamento da parte incontroversa encontra respaldo no art. 535, §4º, do CPC, que dispõe que, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

A ausência de apreciação dessas questões prejudiciais pelo Juízo a quo configura, de fato, *error in procedendo*, com potencial de ocasionar grave prejuízo ao agravante, notadamente porque, caso acolhida alguma das preliminares arguidas, poderia obstar o próprio conhecimento da impugnação ao cumprimento de sentença ou, ao menos, garantir o pagamento imediato dos valores incontroversos.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que a ausência de apreciação de questão prejudicial constitui negativa de prestação jurisdicional, conforme precedentes:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PRELIMINAR - NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA - AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO DA IMPUGNAÇÃO - NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - DECISÃO CASSADA. 1. Evidenciado nos autos que o Juízo "a quo" homologou os cálculos apresentados pela perícia judicial sem apreciar a impugnação ao cumprimento de sentença, impõe o reconhecimento de nulidade da decisão recorrida por negativa de prestação jurisdicional. 2. Preliminar acolhida. (TJ-MG - Agravo de Instrumento: 55818206120208130000 Pitangui, Relator.: Des.(a) Fausto Bawden de Castro Silva (JD Convocado), Data de Julgamento: 06/07/2021, Câmaras Cíveis / 9ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 09/07/2021).

Ainda, o **TJPB**:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. JULGAMENTO CITRA PETITA – AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO INTEGRAL DOS PEDIDOS INICIAIS – AUSÊNCIA DE APRECIÇÃO SOBRE O CONTRATO QUESTIONADO – FALHA NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL – NULIDADE DA SENTENÇA –



DECRETAÇÃO EX OFFICIO – NECESSIDADE DE PROLAÇÃO DE NOVA DECISÃO – RETORNO DOS AUTOS AO MAGISTRADO SINGULAR – RECURSO PREJUDICADO . Caracterizada a negativa da prestação jurisdicional, em face da não apreciação de todos os pedidos autorais, impõe-se a anulação da sentença “ex officio”, com o consequente encaminhamento dos autos ao Juiz de origem para a prolação de novo “decisum”. O entendimento consolidado nesta Corte de Justiça [STJ] é no sentido de que, em caso de sentença citra petita, o Tribunal, de ofício, pode anulá-la, determinando que uma outra seja proferida. (TJ-PB - APELAÇÃO CÍVEL: 0808386-31.2023 .8.15.0181, Relator: Des. Aluizio Bezerra Filho, 2ª Câmara Cível).

O exercício pleno da jurisdição pressupõe o enfrentamento de todas as questões relevantes para o deslinde da controvérsia, sobretudo aquelas capazes de influir decisivamente no resultado do julgamento, como é o caso das preliminares suscitadas no presente feito.

Portanto, impõe-se o reconhecimento da nulidade da decisão agravada, determinando-se o retorno dos autos ao Juízo de origem para que profira nova decisão, com a devida apreciação das preliminares arguidas pelo exequente, ora agravante, em sua resposta à impugnação ao cumprimento de sentença.

Ante o exposto, **dou provimento ao presente AGRAVO DE INSTRUMENTO, para anular a decisão agravada** e determinar o retorno dos autos ao Juízo de origem para que profira nova decisão, apreciando expressamente as preliminares suscitadas pelo agravante em sua resposta à impugnação ao cumprimento de sentença.

É como voto.

Publique-se. Intime-se.

João Pessoa, datado e assinado eletronicamente.

**Dra. Maria das Graças Fernandes Duarte**  
**Juíza Convocada Relatora**

